

Nuno Severiano Teixeira (coord.), **Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Séculos XIX-XX)**, col. «I. H. C.», cursos de Verão, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 1998, 144 páginas.

Após o envolvimento português nas acções militares da NATO na região dos Balcãs revela-se oportuno o lançamento desta obra sobre «Portugal e a guerra». Ela fornece-nos o enquadramento histórico das intervenções militares portuguesas nos conflitos mundiais dos últimos dois séculos.

Os ensaios aqui reunidos não abordam a actual intervenção militar da NATO nos Balcãs senão indirectamente. Aliás, são cronologicamente anteriores ao início do conflito. De qualquer forma, os textos de Carlos Santos Pereira, «Os equívocos da operação IFOR», e António Vitorino, «Portugal e o futuro das operações de paz», lançam algumas perspectivas sobre o assunto.

A natureza das operações militares da década de 90 alterou-se profundamente se tivermos como referência o ano de 1945. A guerra actual na Jugoslávia encontra-se balizada por noções pouco consolidadas de *peacekeeping* e *peace enforcing*, quando não se confunde mesmo, como refere Santos Pereira, com a «pura e simples ingerência

militar em conflito alheio» (p. 148). O envolvimento da comunidade internacional na questão jugoslava remonta a 1991, altura em que o conflito servo-croata começou por ser acompanhado pelos observadores da CE. Segue-se, em 1992, o envolvimento da ONU, por via da missão FORPRONU, na qual os «capacetes azuis» tentariam constituir uma força dissuasora de um conflito sem regras. O desaire desta acção, bem como o falhanço das várias tentativas diplomáticas, conduzem ao envolvimento directo da NATO, no ano de 1993, através de uma estratégia de intervenção política e militar liderada pelos EUA. A ONU é progressivamente relegada para segundo plano e a comunidade internacional envolve-se na «beligerância directa» na Bósnia, intervindo contra as posições sérvias. Os acordos de Dayton consagram uma ordem estabelecida por meio de uma «ingerência militar directa no conflito» (p. 149) (Krajina e Bósnia-Herzegovina), cuja garantia seria confiada a uma força multinacional estacionada no terreno (IFOR), onde estariam integrados militares portugueses. Santos Pereira defende que, desde 1994, «a NATO é, pura e simplesmente, um dos beligerantes em liça, perseguindo objectivos muito próprios, e que já nada têm a ver com qualquer esforço mediador» (p. 149). Daqui resulta uma linha divisória pouco nítida entre a «missão de paz» e a «missão de guerra», tanto mais que EUA e NATO optam por «armar e preparar militarmente a parte croata-mulçumana» (p. 151).

Questionáveis são, ontem como hoje, os interesses estratégicos dos EUA, até porque no seio da NATO não parece haver unanimidade quanto às acções empreendidas. Mas na hora da acção a hegemonia americana revela-se eficaz. Ontem como hoje, a participação portuguesa nas forças militares em operações militares no terreno é questionada. Quais os interesses portugueses a defender na zona? Os imperativos da Aliança Atlântica obrigavam a participação portuguesa? Formalmente, parece que não. Mas, se ainda assim fosse, por que razão Portugal enviaria um batalhão aerotransportado para participar na IFOR (mais tarde SFOR) «sem ter uma palavra a dizer nas condições e nos objectivos políticos e militares que lhe presidem» (p. 152)?

Será que o cenário de Dayton se irá repetir-se no Kosovo? Se assim for, os processos de paz não resultam de qualquer negociação, mas de uma interferência directa, política e militar, da NATO nos Balcãs. Ou seja, da capitulação de uma das partes.

O motivo da limpeza étnica, evocado nos acordos de Dayton, assim como para a questão do Kosovo, é obviamente legítimo. Mas levanta outras questões: o reordenamento do direito internacional, os limites da intervenção militar na resolução deste tipo de conflitos (redefinindo os quadros do direito de ingerência humanitária compatível com o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos), a selecção das áreas geográficas de

intervenção (afinal, o que se passa em Timor, na Turquia, no Afeganistão, no México, etc.?). Para mais, seria também interessante reflectir sobre o poder relativo dos Estados nos mecanismos de decisão das organizações internacionais e sobre o futuro da política externa e de segurança comum da UE, que nunca passou do papel, e parece ser factor essencial de projecção e poder político e económico. A Europa Ocidental, enquanto não funcionar como bloco regional, sobrepondo-se aos dilacerados interesses de cada um dos Estados que a integram, dificilmente terá uma política de defesa. E sem ela poderá ser mais difícil sustentar a política económica.

O texto de António Vitorino, redigido na então qualidade de ministro da Defesa português, é muito elucidativo quanto às suas posições. A evolução dos conceitos militares — que levou a doutrina norte-americana a forjar o conceito *operations other than war*, em 1993, substituindo a terminologia da intensidade dos conflitos — tenta responder à própria dinâmica de emergência de focos de tensão/conflito que ameaçam a segurança internacional e também à forma de os controlar. Mas falta ainda edificar uma teoria das operações de paz — operações que podem implicar missões de combate efectivo — que lhes sirva de instrumento de acção e legitimação. Teoria essa que, para Vitorino, e referindo-se a Portugal, deve basear-se num conceito lato de «operações de paz» de modo a «garantir uma maior liberdade de

acção do poder político» face à natureza diversa desse tipo de operações (p. 158). O antigo ministro defende também que essas operações devem ser legitimadas por uma organização internacional, contando com o acordo das partes em conflito na prossecução das missões de paz (p. 159) e garantindo os princípios da «imparcialidade» e «respeito mútuo» (p. 161).

Por outro lado, as forças militares que intervêm nas operações de paz devem estar preparadas para enfrentar situações de tensão e, se necessário, combater (o que implica capacidade bélica). Aliás, uma das razões do insucesso da missão UNPROFOR (FORPRONU na sigla portuguesa) foi a inexistência de capacidade militar suficientemente dissuasora ou mesmo capaz de garantir a própria integridade das tropas (p. 162).

A acção militar, por si só, não basta. Como refere António Vitorino, o sucesso da acção militar deve ser acompanhado pela estabilização política, económica e social, afinal o objectivo essencial de uma operação de paz (p. 164). Falhando este, a acção militar perde o seu significado maior.

E qual a situação de Portugal no quadro destes problemas? Vitorino refere dois pontos importantes: em primeiro lugar, que os militares portugueses já começaram a desenvolver alguma doutrina, a nível operacional e tático, sobre as operações de paz; em segundo lugar, que está hoje consagrada a possibilidade constitucional da utilização das forças armadas portuguesas em apoio à política

externa devido à última revisão da Constituição. Esta missão confere um papel de relevo às forças armadas nacionais que, para além das funções essenciais de defesa da soberania e integridade territorial, permite uma acção diplomática mais eficaz (teoricamente pelo menos) e a possibilidade de Portugal ser um parceiro credível nas organizações internacionais. É nesse quadro que tem vindo a participar com as suas forças armadas nas missões da ONU em Moçambique (ONUMOZ) e Angola (UNAVEM e MONUA) e da NATO na Bósnia-Herzegovina (IFOR e SFOR). Mais recentemente, também na acção militar no Kosovo.

Os restantes ensaios presentes nesta obra recobrem o período das invasões francesas até à segunda guerra mundial. Mas grande parte deles traz pouco de novo. Resultam do «VII curso de Verão» organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), em colaboração com o Instituto de Defesa Nacional, e são dedicados ao tema «Portugal e a guerra».

O primeiro texto desta colectânea traz a assinatura de Medeiros Ferreira e reflecte sobre as «Relações entre as forças armadas e o poder político — um balanço da situação no século XX». A análise, porém, centra-se sobretudo no período do Estado Novo e nas várias fases da sua evolução. Em 1937 o Estado Novo realiza a primeira grande reorganização das suas forças armadas, sendo na altura Salazar o ministro da Guerra. É o

período em que «a mão administrativa de Salazar se abate sobre a instituição militar» (p. 13). Com o início da guerra civil espanhola e, mais tarde, a segunda guerra mundial, as forças armadas mantiveram-se subordinadas ao poder político. Mas, após a vitória dos aliados, Portugal integra em 1949, como membro fundador, a NATO, o que constitui uma das primeiras alavancas de mudança da instituição militar no pós-guerra. Em 1956 volta a alterar-se a organização das forças armadas portuguesas, desta vez visando a «organização da nação para a guerra». Daqui resulta a criação de novos órgãos da instituição que irão promover uma crescente autonomia dos militares face ao poder político: o Conselho Superior Militar é um bom exemplo. É a partir deste órgão que se projecta a tentativa de derrube do regime em 1961 pela mão de Botelho Moniz.

De facto, no final dos anos 50, princípio de 60, as forças armadas irão questionar o seu papel de guarda pretoriana do regime, na sequência de três factos: a candidatura do general Humberto Delgado à presidência da República em 1958, os massacres de Angola e a pressão da ONU sobre a questão colonial em 1960-1961 e, finalmente, a invasão de Goa pela União Indiana (p. 18), em 1961 também. Mas, depois de abortada a tentativa de golpe de Botelho Moniz, as forças armadas empenham-se nas guerras coloniais. O regime parece estar seguro, pois, uma vez mais, os militares se subordinavam a Salazar. Só em 1973, cansados de uma guerra

sem solução política à vista e atacados nos seus interesses corporativos de classe (questão dos oficiais do quadro permanente *versus* quadro complementar), os militares voltariam a conspirar contra o regime. E acabam por derrubá-lo em 1974. Depois dessa data, este trabalho não faz referência às relações entre poder político e forças armadas. São 25 anos que ficam em branco, o que é pena.

O seguinte bloco de textos incide sobre as invasões francesas. António Pedro Vicente analisa como as relações entre a França, a Espanha, a Inglaterra e Portugal, no rescaldo da revolução francesa, vão determinar a evolução dos acontecimentos para um cenário de guerra. Depois da condenação de Luís XVI à guilhotina, a Inglaterra decide cortar relações com a França. Portugal alia-se a Espanha com o objectivo de auxílio mútuo — e mais tarde com a Inglaterra — face ao perigo francês. A guerra não tarda. Espanha e França enfrentam-se, e Portugal participa com 6 000 homens nas campanhas do Rossilhão e da Catalunha. A neutralidade portuguesa no conflito revelava-se impossível. Envolvido no jogo das potências europeias, a política de agradar a «gregos e troianos» produz consequências gravosas, sofrendo Portugal a primeira invasão no Alentejo em 1801 (guerra das laranjas). Curvado perante uma paz imposta, o país perde Olivença para a Espanha e a Guiana para a França, para além de arcar com outras onerosas condições monetárias. Mas a paz

ainda não tinha sido alcançada. Mais três invasões do território nacional e duas alianças europeias se sucedem e só após um longo período de tutela governativa inglesa, consequência da aliança de tropas portuguesas e inglesas para expulsar os franceses (vencidos nas batalhas de Roliça e do Vimeiro em 1808 e, depois, na batalha do Buçaco em 1810), se redimia a «tormenta napoleónica»: nascia o liberalismo em Portugal, desta feita contra o jugo britânico.

Ora os fenómenos de guerra trazem consigo um potencial de transformação considerável. As invasões francesas provocaram esse efeito em Portugal, como refere o texto de Jorge Pedreira, «As invasões francesas e o seu impacto na economia e sociedade»: o comércio paralisou e as carências provocaram naturais conflitos sociais. Para além disso, houve pilhagens, destruição de fábricas, fugas de gentes e capitais, levantamentos populares (p. 47). O sistema colonial colapsou e, com ele, o império luso-brasileiro. Segue-se um rol de crises: crise financeira, crise agrícola, crise industrial, crise do Estado. Finalmente, uma revolução liberal em 1820.

A intervenção militar dos Portugueses em conflitos de larga escala volta a registar-se com a primeira grande guerra. Porquê e como foi Portugal para a guerra de 1914-1918? Estas são as duas perguntas essenciais a que responde o ensaio de Severiano Teixeira, «Portugal na grande guerra de 1914-1918». Portugal entra no primeiro conflito mundial como país beligerante por três razões essenciais:

(a) para afastar o perigo espanhol no quadro peninsular, reforçando a tradicional aliança com a Inglaterra com o objectivo de enfraquecer a relação hispano-britânica, bem como de assegurar no pós-guerra «um lugar no concerto das nações e o reconhecimento internacional que desde a implantação da República tinha *de jure*, mas lhe faltava *de facto*» (p. 58); (b) para defender o império colonial português, cobiçado pelas grandes potências europeias, nomeadamente a Inglaterra, a França e a Alemanha; (c) para consolidar e legitimar o regime republicano, trespassado por clivagens sociais e políticas tão profundas que impediam a sua legitimação nacional.

A instabilidade e a violência políticas características da I República são factores de ordem interna que — conjuntamente com os de ordem externa — ajudam a explicar o que as duas primeiras razões da intervenção no conflito falham em esclarecer: «a escolha do teatro de operações». Severiano Teixeira argumenta que a entrada de Portugal na guerra é o resultado (para além da questão colonial e ibérica) da estratégia radical e intervencionista do Partido Democrático e de uma combinação específica entre os factores de ordem interna e externa expressa no aproveitamento, para objectivos domésticos, da própria conjuntura internacional: «só uma ameaça externa e uma intervenção militar na guerra em larga escala poderiam justificar o sacrificio de todas as fracturas e facções internas em função do interesse da unidade

nacional» (p. 61). Tratava-se da defesa interna e externa da República, conforme o próprio discurso do Partido Democrático. Consolidava-se o regime. Reforçava-se o partido.

E como foi Portugal para a guerra? Desde logo, os ataques alemães verificados em Moçambique em Agosto de 1914 exigiam uma resposta militar portuguesa, que foi efectuada. Poucos meses mais tarde o conflito alastra a Angola, através de uma primeira iniciativa britânica, seguida de uma invasão germânica. Estas são as duas primeiras frentes de guerra do país. Mas nem por isso o estatuto de «neutralidade» dos portugueses no conflito foi abandonado. E, no entanto, Portugal estava em guerra, ainda que numa zona periférica e não decisiva. Mas a neutralidade irá dar lugar à beligerância.

As operações militares no teatro de operações africano envolveram a mobilização de 34 500 homens da força metropolitana e cerca de 19 500 soldados das forças indígenas (pp. 63). Numa terceira frente de guerra, na Flandres, Portugal concentrou duas divisões, totalizando mais de 55 000 soldados (p. 64), que constituíam o Corpo Expedicionário Português (CEP). Este corpo viria a ser responsabilizado pela defesa de um sector sob o comando de um corpo do Exército inglês, no que não foi muito bem sucedido. A batalha de La Lys ficaria na memória. Os bombardeamentos alemães infligiram baixas enormes às tropas portuguesas (e aliadas). As estimativas apontam para «1341 mortos, 4626 feridos, 1932 desaparecidos, 7740 prisioneiros» no CEP.

É exactamente sobre a vida quotidiana dos soldados do Corpo Expedicionário Português (CEP) nas trincheiras da Flandres que incide o texto de Isabel Pestana Marques, «Os portugueses nas trincheiras: vivências comportamentais». As condições particularmente adversas em que os soldados viveram os anos da guerra repercutiram-se no moral do CEP. Para a autora, existe um paralelo entre o nível moral das tropas e o seu êxito na campanha militar: «A existência de alto ou baixo moral nos combatentes decide o resultado das batalhas» (p. 73). Também, mas não só. De qualquer forma, sendo característico da primeira grande guerra o factor «desmobilização psicológica», há que concluir que as difíceis condições de existência dos soldados portugueses nas trincheiras da Flandres contribuíram para a tragédia de La Lys? Embora a tese não seja claramente enunciada pela autora, os seus dados são bastante elucidativos: no momento mais crítico da campanha, em Março de 1918, o contingente português contava com menos cerca de 20 000 homens, de um total de mais de 50 000, exactamente por consequência das precárias condições de vida dos combatentes. Condições essas que suscitavam reacções comportamentais e psicológicas que convergiam no «baixo moral» da tropa, num «comportamento mais ou menos generalizado de fuga» dos soldados, no «comportamento militar desmoralizado» (p. 83), na quebra do espírito de corpo e da disciplina militar (p. 84). Seguem-se a insubordinação, a deserção, o suicí-

dio, a revolta. Aliás, as revoltas. Entre Março e Outubro de 1918, os soldados do CEP revoltam-se mais de uma dezena de vezes, recusando cumprir ordens e até combater. A 9 de Abril de 1918 a batalha de La Lys encontra o CEP desmobilizado, indisciplinado, cansado da guerra. La Lys vem agravar ainda mais o estado em que se encontrava o Corpo. E mais revoltas se sucedem até à assinatura do armistício. Isabel Pestana conclui que «as revoltas no seio do CEP constituíram uma manifestação de resistência a uma certa forma de fazer guerra, ao questionarem a legitimidade das autoridades civis e militares empreendedoras da campanha do CEP na grande guerra» (p. 87).

Uma vez mais, a guerra não poderia deixar de ter consequências económicas e sociais. Alice Samara analisa como a estratégia intervencionista ditou a crise económica do país e a quase falência do Estado, exactamente devido aos custos da participação militar na guerra. A crise do Estado e a económica colocarão em causa a própria estrutura do sistema liberal oligárquico (p. 105) e o objectivo da união nacional e consolidação da República é frustrado. A sua expressão será o Sidonismo.

Ao contrário do que sucede na guerra de 1914-1918, Portugal opta por uma estratégia de neutralidade na segunda grande guerra mundial. São as razões dessa neutralidade que António José Telo procura isolar no seu ensaio. Para o autor são as próprias fases de evolução da situação

internacional que condicionam o posicionamento português no conflito de 1939-1945. Essa evolução caracteriza-se por uma tendência dupla: neutralização do espaço continental e envolvimento no conflito do espaço atlântico português (Açores e Cabo Verde) e do espaço imperial. Mas no interior dessa tendência dupla há lugar para cinco fases diferenciadas da guerra que intervêm directamente no estatuto de neutralidade. A primeira fase (Setembro de 1939-Junho de 1940) marca a chegada dos Alemães aos Pirenéus e o colapso francês, durante a qual as potências beligerantes concordam com a «neutralidade benevolente» do país. A Península e o Atlântico não são importantes estrategicamente (p. 114), pois o conflito ainda se encontra relativamente localizado. A segunda fase (Junho de 1940-Junho de 1941) coincide com o domínio germânico sobre a Europa ocidental e com o alastramento ao Sul da Europa, Mediterrâneo e Norte de África. É nesta fase que a neutralidade portuguesa está em perigo, pois a Alemanha considera a possibilidade de apostar numa estratégia marítima para forçar a Inglaterra a um compromisso. Logicamente, o espaço atlântico assume um importante interesse estratégico. Mas a Alemanha prescinde desta estratégia em Junho de 1941, quando se inicia a terceira fase. Em 1943 Hitler decide invadir a Rússia, virando para Leste, enquanto as forças aliadas ocupam o Norte de África. Com o envolvimento russo e norte-americano, a guerra

torna-se mundial, mas o perigo da ofensiva alemã no Mediterrâneo e ilhas atlânticas diminui. Porém, a Inglaterra e os EUA tinham já preparadas as operações para «ocuparem os Açores preventivamente caso a Alemanha atacasse Gibraltar ou a Espanha entrasse na guerra» (p. 117). Ora, em 1942 os aliados decidem começar por atacar as tropas hitlerianas no Norte de África. Mas é também nesse ano que se verificam substanciais perdas da marinha aliada no Atlântico. O espaço marítimo português volta a ganhar novo relevo. Na quarta fase (Abril de 1943-Junho de 1944) todo o cenário muda com o desembarque aliado na Normandia, o que afasta da zona de conflito a Península Ibérica (que poderia servir de cabeça de ponta para a entrada das tropas na Europa). Porém, estrategicamente, tal não era aconselhável, pois os Alemães poderiam deter a ofensiva nos Pirenéus. A neutralidade da Península parecia estar assegurada, podendo agora utilizar-se o espaço atlântico português sem grandes receios para combater a ameaça submarina dos Alemães. Nos primeiros meses de 1943 a marinha aliada sofre as suas maiores baixas. É neste quadro que Eden obtém do governo português a autorização para utilizar as bases dos Açores e se inflige a derrota marítima à Alemanha no Atlântico. A quinta e última fase (Junho de 1944-Maio de 1945) é de «adaptação ao pós-guerra», caracterizada por uma «aproximação relutante» e até «forçada» de Portugal

aos EUA e que culmina com o pedido americano de cedência exclusiva de uma base em Santa Maria.

Numa outra perspectiva, Themudo Barata debruça-se sobre a política de defesa do Estado Novo durante a segunda grande guerra mundial. O autor defende que «a geoestratégia foi o factor decisivo no posicionamento [neutro] de Portugal» (p. 142). Mas houve três situações que colocaram em perigo a neutralidade portuguesa no conflito: as invasões de Timor por tropas australianas e holandesas; a defesa dos Açores, onde foram estacionadas tropas para dissuadir quer um desembarque aliado, quer uma ofensiva alemã sobre o continente; finalmente, a possibilidade de um ataque aéreo sobre Lisboa, como forma de retaliação alemã contra a cedência das Lajes. Só para este último objectivo, segundo o autor, o país «dispunha de uma força militar adequada à missão» (p. 142). Foi decidido adquirir 14 baterias de artilharia pesada (9,4 cm) e 50 peças ligeiras (40 mm) à Inglaterra ainda no ano de 1940 (p. 140). Mas atrasos na entrega dos materiais por parte dos Ingleses acabariam por retardar a montagem do dispositivo de defesa antiaérea em Lisboa, só concluído em Outubro de 1943. Porém, e como tese geral, o autor argumenta que a posição geoestratégica portuguesa acaba por forçar um «alinhamento inevitável» com a potência marítima de cada tempo histórico (p. 142).